

ATAS

Folha

2

Nº do livro

3

ATA NÚMERO TRINTA E NOVE

No dia sete de novembro de 2024, pelas onze horas, na sua sede, sita na Gare Marítima de Alcântara, em Lisboa, reuniu o Conselho de Administração da APL -Administração do Porto de Lisboa, S.A. (APL), em Assembleia Geral da Sociedade, com os restantes órgãos sociais da empresa e a representante do acionista. A sessão realizou-se presencialmente e através de videoconferência, tendo contado com a presença dos seguintes membros:-----

Conselho de Administração: -----

Presidente – Eng.º Carlos Alberto do Maio Correia-----

Vogal – Dra. Carla Maria Lamego Ribeiro-----

Vogal – Dra. Isabel Sofia de Moura Ramos -----

Vogal – Dr. Ricardo Jorge de Sousa Roque -----

O Vogal Dr. António Hugo Lindo Santos Caracol, não esteve presente por motivo de doença. -----

O acionista único, o Estado, encontra-se representado pela Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda, nomeada nos termos dos Despachos dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, ambos de 6 de novembro de 2024.-----

Para além da representante do acionista Estado, encontravam-se presentes os membros do Conselho Fiscal: Presidente, Dra. Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freita, e a Vogal, Dra. Carla Sofia Baptista Reis Santos, não estando presente o Vogal Dr. Tiago Manuel Rodrigues Estevinho por motivo de doença. -----

O Revisor Oficial de Contas (ROC) Vitor Almeida e & Associados, SROC, Lda, foi representado, pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida. -----

Participaram igualmente nesta sessão os membros da Mesa da Assembleia Geral: Presidente, Dr. José Eduardo Marcelino Carvalho (representante da Associação Industrial Portuguesa) e Secretário, Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo.-----

Após saudação a todos os participantes, o Presidente da Mesa procedeu ao início desta Assembleia Geral, convocada ao abrigo do artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 7.º dos Estatutos da Sociedade, com a seguinte ordem de trabalhos:--

Ponto 1 - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas referentes do exercício de 2023;

Ponto 2 - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados apurados do exercício de 2023;-----

Ponto 3 – Deliberar sobre o Relatório de boas práticas do Governo Societário de 2023; ----

Ponto 4 - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade. -----

Ponto 5 – Deliberar sobre o Plano de Atividades e Orçamento da Sociedade para 2025. ----

Ponto 6 – Deliberar nos termos da alínea g) do n.º 2, do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade sobre o projeto de investimento “Reordenamento do Espaço Público na envolvente da Doca de Alcântara” previsto iniciar em 2024. -----

Ponto 7 – Outros assuntos de interesse para a Sociedade. -----

Após a leitura da ordem de trabalhos, deu-se início ao **ponto um**, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra ao Presidente do Conselho de Administração. -----

ATAS

Folha 3

Nº do livro 3

Após cumprimento dirigido aos presentes, o Eng. Carlos Alberto do Maio Correia, descreveu a atividade da empresa em 2023, tendo por base uma apresentação específica para o efeito, sobre o Relatório e Contas de 2023. Em termos de introdução, e no respeitante à atividade do ano de 2023, informou que a mesma foi positiva para a APL comparativamente a 2022, com um crescimento da atividade, um pouco em contraciclo dos restantes portos de Portugal, devido à estabilidade da empresa, nomeadamente na componente laboral. Esta situação está associada ao aumento de escalas de cruzeiros, com aumento de passageiros, e de navios de carga. Referiu igualmente que a APL apostou na promoção do Porto de Lisboa em mercados internacionais. -----

Foi igualmente destacada a existência de sete novas linhas regulares do terminal “Deep Sea”.- Também se salientou o crescente número de navios de carga em cerca de 8,7% (aumento de carga 1,7%) e dos navios de passageiros cerca de 6,2% (347 navios de cruzeiro), além dos navios porta-contentores, sendo o crescimento global de 9,3%. -----

Em termos de sazonalidade verificou-se que os movimentos de navios de cruzeiro estão em contraciclo com os outros navios. -----

Em 2023 o número de passageiros da APL ascendeu a 758 mil (+ 54% face a 2022), dos quais cerca de 300 mil em “turna round”. No porto de Lisboa referiu-se que as principais nacionalidades dos passageiros são em primeiro lugar os ingleses, seguindo-se os alemães, os italianos e os franceses. -----

Mais se referiu que, em relação aos navios de cruzeiro, a poluição encontra-se abaixo dos limites legais: -----

Foi referenciada a posição da APL como melhor porto de cruzeiros da Europa, sendo mencionado a falta de espaço do Porto de Lisboa para crescer, podendo este apenas crescer pela melhor utilização do espaço disponível. -----

Mais se informou sobre a existência de cinco operadores do cais, na zona oriental do porto de Lisboa, incluindo o utilizado pela SILOPOR, que recebe 70% dos cereais de Portugal. Foi igualmente referido que a concessão, junto destes cinco operadores, deverá ser renovada a partir de 2025, embora no futuro, o objetivo seja atribuir a exploração desta zona apenas a dois operadores. Salientou-se igualmente o impacto da terceira travessia do Tejo na zona oriental, atualmente projetada para uma ponte rodoferroviária. -----

A renovação da concessão, a cinco operadores ou a dois, implica investimentos em equipamentos, com a possível eletrificação dos mesmos. -----

Em outubro de 2024, após pedido do atual governo, foi elaborado um Plano Estratégico da APL, até 2035 dando seguimento a um plano semelhante, este apenas até 2030, e que tinha sido solicitado pelo anterior Governo. -----

Em relação ao Terminal de Cruzeiros prevê-se a ligação dos navios atracados à eletricidade, estando previsto nos terminais de carga a ligação elétrica (OPS – “Onshore Power Supply”).- Foram igualmente reafirmados os objetivos de inovação e descarbonização com a indicação das ações relacionadas sobre este assunto. -----

Em termos de eficiência da APL, destacou-se a Subida de 99 posições no Índice Global Eficiência de Contentores (Container Port Performance Index), sendo o porto de Lisboa o melhor colocado a nível nacional. -----

ATAS

Folha

4

Nº do livro

3

Referiu-se, igualmente, a interação entre o porto de Lisboa e a cidade, salientando-se o “Ocean Campus”, a requalificação da Doca de Belém, a arte do Vhills e a Gare da Rocha do Conde de Óbidos (com restauro dos murais de Almada Negreiros). -----

Após esta intervenção do Presidente da APL o Presidente da Mesa da APL passou a palavra à Dra. Carla Ribeiro que, em relação ao Relatório de Gestão e Contas da APL de 2023, salientou o acréscimo do número de escalas de navios (+191), o aumento da carga movimentada e o aumento de carga contentorizada (+ 13,5% face a 2021), com acréscimo de vinte escalas de navios de cruzeiro, com aumento de passageiros de 54%. -----

Foi apontada a cobrança da taxa turística dos passageiros pela APL e entrega à C. Enumeraram-se os resultados de 2023, superiores a 2022, com Resultado Líquido de 9,6 milhões de euros, Resultado Operacional de 11,9 milhões de euros e EBITDA de 25,8 milhões de euros. Estes resultados resultaram do aumento do volume de negócios (com o aumento de receita no âmbito do regulamento de tarifas, com destaque para a TUP Navio, tarifas de pilotagem e de carbono e ainda das diversas taxas relativas a concessões e licenças), e também pela redução nos Outros Gastos e Perdas, compensado por um aumento dos gastos com financiamento, face a um aumento da taxa de juro, mesmo com uma redução do passivo remunerado (foi efetuado um esforço para reduzir a dívida de clientes). Foi indicada a melhoria do rácio GO/VN. Foi mencionado o impacto da colocação pelo IGCP de disponibilidades de caixa em CEDICs, no final de 2023, com o respetivo impacto no aumento da dívida remunerada líquida. Face à existência de Resultados Líquidos positivos aumentou o Capital Próprio em 2023 para cerca de 239 milhões de euros. O investimento recuperou em 2023, para níveis próximos de 2019, sendo o investimento mais relevante o OPS, bem como a requalificação das docas de recreio e do pólo náutico de Belém. ----- Foi sublinhado que os meios libertos da atividade, foram a principal fonte de financiamento da APL em 2023. -----

Em termos de recursos humanos o seu número é semelhante a 2022, apenas menos um trabalhador. Quanto a estes trabalhadores, 56% têm Licenciatura ou Bacharelato. -----

Foram indicadas as seguintes opções estratégicas: Ambiente, para promover o desenvolvimento sustentável das atividades portuária, logística e dominial, contribuindo para a transição energética, a economia circular e a adaptação às alterações climáticas; Inovação, para potenciar o desenvolvimento tecnológico na perspetiva da transição digital e da localização de atividades ligadas à economia azul e o desenvolvimento de soluções tecnológicas e operacionais de ID&I; Economia, para ampliar o “Hinterland”, adaptando a oferta portuária às necessidades do mercado, com crescendo nas atividades core, procurando novas oportunidades de negócio e o Território, com o objetivo de colaborar com os Municípios envolventes sendo parceiros ativos no desenvolvimento da AML através do estabelecimento de parcerias para qualificar as frentes ribeirinhas de forma compatível com a atividade portuária.-----

A seguir, mencionou-se a complementaridade da APL com a APSS, e a necessidade de alinhamento estratégico organizacional entre ambos os portos empresas. -----

Após esta intervenção o Presidente da Mesa passou a palavra à Dra. Isabel Sofia de Moura Ramos, que salientou a necessidade de incremento da economia azul em consonância com a

ATAS

Folha 5

Nº do livro 3

economia verde na governação da APL. O Presidente da APL referiu que a APSS, na sua génese, tinha características industriais, pelo que a economia verde está associada neste caso essencialmente a novos combustíveis e novas energias (verdes). Salientou-se também a complementaridade com a APL, que na sua margem norte tem um perfil associado a um grande consumo da Região de Lisboa. Assim, caso os navios fossem desviados para Setúbal teriam custos de transporte acrescidos, devendo estas questões logísticas ser definidas pelos clientes das duas empresas e não pelas Administrações destes portos. -----

Mais se informou que o alinhamento entre a APL e a APSS foi assegurado desde 2016 pela escolha da mesma Administração para as duas empresas. -----

Após a intervenção dos Membros da Administração da APL o Presidente da Mesa passou a palavra à Presidente do Conselho Fiscal para se pronunciar sobre os vários aspetos desta Assembleia Geral, que prescindiu desta prerrogativa. -----

Ainda no **ponto número um** da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa tomou a palavra colocando à consideração do acionista a proposta de aplicação de resultados do exercício, o Relatório e Contas de 2023. Nesta sequência propôs-se a votação dos mesmos. Seguidamente deu a palavra à representante do Estado. -----

Ao tomar a palavra, a Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda, agradeceu a excelente apresentação efetuada durante esta Assembleia e votou favoravelmente o Relatório de Gestão e as Contas de 2023, tendo em consideração a opinião sem reservas. expressa na certificação legal das contas e o parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal, determinando ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de: -----

- i) Cumprir com o disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, relativamente à redução do prazo médio de pagamento; -----
- ii) Cumprir com o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, e do Despacho exarado na Informação do IGCP com a Ref.ª SGC – 126/2023. -----
- iii) Intensificar as medidas adotadas (judiciais e/ou extrajudiciais) tendentes à recuperação dos créditos da APL relativos aos clientes de cobrança duvidosa, tendo em consideração a antiguidade e materialidade do saldo de clientes de cobrança duvidosa. -----

Seguidamente, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada para o **ponto número dois** da ordem de trabalhos, tendo passado a palavra à Representante do Estado, que votou favoravelmente a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do resultado líquido do exercício de 2023, no montante de 9.616.891,49 euros, ter a seguinte aplicação: -----

O montante de 961.689,15 euros será transferido para reservas legais; -----

O montante de 1.507.448,87 euros será transferido para reservas não distribuíveis - concessões; -----

O montante de 7.147.753,47 euros será transferido para resultados transitados. -----

O Presidente da Mesa colocou igualmente à votação o **ponto número três** da ordem de trabalhos, tendo passado a palavra à Representante do Estado, que votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Governo Societário de 2023, tendo em consideração o relatório de análise elaborado pela UTAM com o n.º 232/2024, de 30 de agosto. -----

ATAS

Folha 6

Nº do livro 3

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto **número quatro** da ordem de trabalhos, tendo passado a palavra à Representante do Estado, que propôs e votou favoravelmente, nos termos do artigo 455.º do CSC, um voto de confiança no órgão de administração, nos órgãos de fiscalização, e em cada um dos seus membros. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o ponto **número cinco** da ordem de trabalhos, tendo passado a palavra à Representante do Estado, que propôs e votou favoravelmente a não deliberação do PAO 2025 na presente assembleia geral, com a emissão da seguinte declaração: -----

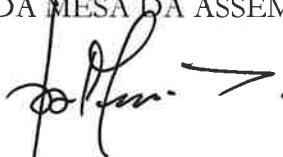
“Não se mostrando possível deliberar a aprovação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2025 na presente Assembleia Geral, propõe-se a deliberação da referida proposta em momento posterior, eventualmente através de deliberação social unânime por escrito.” -----

O ponto **número seis** da ordem de trabalhos foi colocado à votação, tendo o Presidente da Mesa passado a palavra à Representante do Estado, que votou, favoravelmente a realização do investimento relativo ao “Reordenamento do espaço público na envolvente da Doca de Alcântara”, no valor global de 8.250.000 euros, em cumprimento da alínea g), do n.º 2, do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, não dispensando a presente autorização do cumprimento das disposições legais e orientações aplicáveis à Sociedade. -----

Por fim, o Presidente da Mesa abordou o ponto **número sete** da ordem de trabalhos, tendo colocado a possibilidade de discussão de outros assuntos, de interesse para a sociedade ao Presidente do Conselho de Administração e restantes Membros da Assembleia Geral, não tendo nenhum destes Membros abordado qualquer assunto. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu a presença a todos os elementos, dando por encerrada a Assembleia Geral às treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que após aprovação, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo respetivo Secretário. -----

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



José Eduardo Marcelino Carvalho
(Representante da Associação Industrial Portuguesa)

O SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



Pedro Manuel Mota Carecho Grito